



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



Base quer acelerar votação do Plano Diretor

Presidência da Câmara de Porto Alegre não descarta chamar sessões extraordinárias para apreciar projetos este ano

Foram dois anos entre os projetos do Plano Diretor de Porto Alegre chegarem na Câmara Municipal e serem aprovados, em 2009 e 1999, como a Coluna contou na semana passada. Mas, para os dois projetos que tramitam agora, o governo de Sebastião Melo (MDB) e a presidente do Legislativo, vereadora Nádia Gerhard (PL), querem superar o Plano Diretor de 1979, que tramitou por cerca de cinco meses antes de ir a votação.

A ideia é colocar as propostas em votação em dezembro, antes do recesso de fim de ano - se conseguirem, seriam pouco mais de três meses de tramitação desde que as propostas foram protocoladas. Estão em apreciação o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) Nº 019/25, que institui o Plano Diretor Urbano Sustentável, e o PLCE Nº 020/25, que dispõe sobre o Parcelamento, o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Porto Alegre.

Para conseguir o feito, a presidência da Câmara não descar-



EDERSON NUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Audiência pública e outras atividades são realizadas no Plenário Otávio Rocha, principal espaço do Legislativo

ta chamar sessões extraordinárias no fim do ano, como informa a repórter Sofia Utz. Melo evita falar em prazo e sustenta que o parlamento tem seu tempo e au-

tonomia. Mas já afirmou que ficaria "satisfeito se votasse esse ano (2025)". O mandato de Nádia na presidência se encerra no fim do ano e, a partir de janeiro de 2026, o comando do Legislativo será do vereador Moisés Barboza (PSDB), também da base de Melo.

Na sessão plenária de segunda-feira, dia 20, o vereador Idenir Cecchim (MDB), líder do governo na Câmara, pediu inversão na pauta para "correr o Plano Diretor". Isso porque um projeto de lei só pode ser encaminhado para as comissões após passar por duas sessões, o que alcançou na segunda. Como, pelo regimento, a pau-

ta é o último item a ser apreciado até da ordem do dia, requerimentos para a inversão de pauta são habituais, mas o fato não deixa de representar a intenção de agilizar o trâmite.

Na tribuna para sustentar o pedido, Cecchim bravou contra a oposição, que orientou voto contrário ao requerimento, afirmando que "vocês não vão fazer o que querem na gritaria, vão obedecer a maioria. Não precisa obedecer, (mas) vão se curvar". E acrescentou que para o governo, enquanto tiver "essa maioria sólida que temos, vamos votar tudo o que vier aqui".

Cecchim é também o presidente da Comissão Especial do Plano Diretor, que tem Jessé Sangalli (PL) como relator. Na reunião de sexta-feira passada foi definido o calendário de trabalhos e a entrega do relatório final até 1º de dezembro. Foi estipulado um prazo de quatro semanas a contar o dia da reunião - 12 de novembro, portanto - para vereadores apresentarem emendas aos projetos, e 27 de novembro para a entrega dos pareceres temáticos, que, juntos, servirão de base para a análise de Jessé.

Antes dessas entregas, será realizada uma audiência pública, marcada para o dia 4 de novembro, terça-feira, à noite. A audiência precederá também a conclusão das reuniões do Fórum de Entidades, que segue com atividades até 7 de novembro. A presidência é do vereador Tiago Albrecht (Novo), também da base.

A reunião, que seria realizada na quinta passada, foi cancelada como consequência do tumulto que resultou em agressões a parlamentares na tarde de quarta-feira, e remarcada para a manhã do próximo sábado, 25 de outubro. Isso foge ao padrão dos demais encontros, realizados também no turno da manhã, mas em dia útil. Representantes de organizações participantes do fórum chegaram a reivindicar mudança no calendário de atividades, para que não fossem realizadas em horário comercial, mas não foram atendidos.

Atividades na Câmara

Audiência pública

- 4 de novembro, terça-feira
- Horário: 19h
- Local: Plenário Otávio Rocha
- Transmissão ao vivo pela TV Câmara e canal no YouTube

Fórum de entidades

- Entre 3/10 e 7/11
- Apresentação do relatório: 7/11
- Horário: 17h

Comissão Especial

- 12/11 - Prazo para a apresentação de emendas pelos vereadores e vereadoras
- 27/11 - Prazo para apresentar e votar os pareceres das Relatorias Temáticas
- 1º/12 - Apresentação do Relatório Final da Comissão
- 04/12 - Votação do Relatório Final

Projeto sobre segurança no uso de vidros passa na CCJ da Assembleia

Um projeto de lei que visa aprimorar a informação sobre o uso de vidros de segurança em edificações foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A iniciativa é defendida pela Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), juntamente com outras entidades do setor, e segundo a entidade é pioneira no Brasil.

A proposta foi motivada por acidente fatal ocorrido em uma academia em Caxias do

Sul, em março deste ano. Antes da aprovação na CCJ, o projeto já passou por uma audiência pública com a participação do Ministério Público do RS e do Corpo de Bombeiros. Para ir para votação no plenário do legislativo gaúcho, a medida ainda precisa passar por uma nova comissão. As informações são da assessoria de comunicação da Abividro.

A Abividro reúne as indústrias de vidro que atendem os mercados da construção civil, automobilístico e outros.

Governo federal publica decreto sobre logística reversa do plástico

O governo federal publicou ontem o decreto Nº 12.688, que institui o sistema de logística reversa de embalagens de plástico sob a responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes. A partir do documento, estabelece os modelos de operação, institui a estruturação e implementação, além de definir as obrigações que deverão ser assumidas pelas empresas responsáveis.

O decreto prevê ainda que as empresas deverão desenvolver campanhas educativas e informativas, estimular a devolução das embalagens retornáveis

e divulgar o resultado das ações realizadas anualmente.

Fabricantes de produtos e de embalagens plásticas devem, obrigatoriamente, cumprir metas de uso de conteúdo reciclado e priorizar a contratação de cooperativas, associações ou outra forma de organização popular de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Também devem garantir o transporte das embalagens coletadas, reutilizar ou reciclar as embalagens retornadas e, se não for possível, dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos.

AGENDA

VII Conferência Estadual de Direitos Humanos do RS

- 📅 24 e 25 de outubro
- 📍 Hotel Embaixador - R. Jerônimo Coelho, Nº 354, Centro Histórico, Porto Alegre
- Realização: Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS
- 📄 Inscrições: até 22 de outubro em cedhrs.wordpress.com

Audiência pública da PPP dos resíduos sólidos de Porto Alegre

- 📅 24 de outubro, sexta-feira
- 🕒 a partir das 19h
- 📍 Câmara Municipal (Av. Loureiro da Silva, nº 255, Centro)
- Realização: Pref. de Porto Alegre
- 📄 Inscrição para fala: até as 15h do dia 24 em formulário (no site do JC)